



Carta convite nº 002/2014
Processo n.º 011/2014
Edital n.º 008/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de serviços técnicos profissionais destinados a elaboração de projeto executivo do centro de preservação ambiental do Morro São João.

A Prefeitura Municipal da Estância de Cananéia, doravante denominada, ÓRGÃO LICITANTE, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, na modalidade de Carta Convite do tipo: menor preço em regime de empreitada global, regida pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, de acordo com as Cláusulas relacionadas neste Edital.

O recebimento e a abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas ocorrerão em sessão pública, a ser realizada em:

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANANÉIA
AV. BEIRA MAR N.º 287 - CENTRO
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Data da Abertura: 01 de abril de 2014.

HORÁRIO LIMITE PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min
HORÁRIO DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h15min

CLÁUSULA 01 - OBJETO

Este procedimento licitatório visa a: **Contratação de empresa especializada para realização de serviços técnicos profissionais destinados a elaboração de projeto executivo do centro de preservação ambiental do Morro São João.**

CLÁUSULA 02 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Poderão participar desta licitação as empresas elegíveis, ou seja, que apresentem toda a documentação exigida e satisfaçam às condições estabelecidas neste Edital.
- 2.2 Não poderão participar desta licitação:
 - a) as pessoas físicas e jurídicas de que trata o Art. 9º da Lei 8.666/93;
 - b) empresas impedidas de participar de licitação ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública federal, estadual ou municipal;
 - c) empresas em estado de falência ou concordata; e
 - d) consórcios.

CLÁUSULA 03 - ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL

- 3.1 Os concorrentes poderão obter esclarecimentos gerais sobre este Edital através do telefone (0XX13) 3851-5100, no horário das 08h00min a 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou no seguinte endereço:

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANANÉIA
AV. BEIRA MAR N.º 287 - CENTRO
SETOR DE COMPRAS

- 3.2 O licitante que tiver dúvidas sobre aspectos técnicos ou sobre os procedimentos adotados na presente licitação, deverá formular sua questão por escrito, e enviá-la ao endereço constante da Cláusula 3.1. acima. Serão respondidas, também por escrito, as questões recebidas pela Comissão até o 2º (segundo) dia útil, antes da data fixada no



- Preâmbulo, e cópia das respostas, sem identificação do questionador, será enviada a todos os participantes do presente processo de Carta Convite.
- 3.3 Os licitantes deverão verificar o conteúdo dos documentos integrantes do Edital, sendo que decairá do direito de impugnar os termos do Edital, perante a PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE CANANÉIA o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder à abertura dos envelopes, nos termos do artigo 41, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e legislação aplicável.

CLÁUSULA 04 - APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA COMERCIAL

- 4.1 As propostas, bem como toda correspondência e documentos relativos a esta licitação, deverão ser redigidos na língua portuguesa.
- 4.2 Os documentos de habilitação e a proposta comercial deverão ser apresentados em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras ou sobrescritos. Caso haja qualquer emenda, rasura ou sobrescrito, este fato deve ser declarado e assinado pelo representante legal do concorrente. O ÓRGÃO LICITANTE não será responsável pela integridade dos documentos de habilitação e da proposta que desatendam ao disposto nesta Cláusula.
- 4.3 Os volumes de documentos e de propostas deverão ser rubricados pelo representante da empresa responsável pela apresentação da proposta, colocados em envelopes separados e lacrados, acondicionados em um invólucro fechado e identificados da seguinte forma:
- a) "ENVELOPE A: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"; e
 - b) "ENVELOPE B: PROPOSTA COMERCIAL".
- 4.4 Nos envelopes fechados e rubricados deverão ser inscritos os dizeres:
- a) CARTA CONVITE Nº 02/2014
LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANANÉIA
AV. BEIRA MAR N.º 287 - CENTRO
CANANEIA – SP
DAS 14h00min horas do dia Março de 2014; e
 - b) Nome, endereço, números de fax e de telefone do concorrente.
- 4.5 Serão admitidas as propostas encaminhadas por via postal e entregues ao ÓRGÃO LICITANTE no prazo mencionado no Preâmbulo. O ÓRGÃO LICITANTE não será responsável pelo extravio ou abertura antecipada de invólucros ou de envelopes com documentos de habilitação e propostas, salvo as identificadas na forma mencionada na Cláusula 4.4 e entregues em sua área de protocolo.

CLÁUSULA 05 - ENVELOPE A: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1 Para a habilitação é necessária a apresentação dos documentos exigidos na listagem abaixo (de "a" a "e") que, quando não encaminhados em seus originais, poderão ser validamente apresentados, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial, na forma descrita no Artigo 32 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
- a) **CARTA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA**, onde o interessado, indicando a pessoa legalmente credenciada que assinará a carta, bem como demais documentos e a proposta, declarando que:
 - I. **Fornecerá toda a documentação complementar que lhe for exigida pelo ÓRGÃO LICITANTE;**
 - II. **a inexistência de fato superveniente, impeditivo de sua habilitação;**



- encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em cumprimento ao Decreto n.º 42.911 de 06.03.98.
- IV. responderá pela veracidade de todas as informações constantes de sua documentação e propostas apresentadas;
 - V. autoriza o **ÓRGÃO LICITANTE** a proceder diligências junto às instalações da empresa e junto a terceiros com os quais mantenha relações;
 - VI. assume inteira responsabilidade pela execução das obras e serviços e se sujeita as presentes condições do edital, assim como ao Regulamento do **ÓRGÃO LICITANTE**;
 - VII. fornecerá no local de aplicação ou utilização, toda mão de obra, materiais e equipamentos compatíveis com o objeto do contrato, bem como aqueles especiais eventualmente requisitados pela fiscalização;

b) **DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL**, consistindo em:

- I. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, relativo ao domicílio ou sede do concorrente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- II. Comprovação de **regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal**, da qual deverão ser apresentadas a Certidões Negativas.
- III. Comprovação de regularidade relativa a Seguridade Social – **INSS** e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei.
- IV. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);
- V. **Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado, onde deverá constar o objetivo da empresa.
- VI. **Declaração** de que aceita integralmente as condições do presente Edital, bem como se responsabiliza pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e sociais resultantes da execução do eventual Contrato a ser firmado, caso a empresa seja vencedora da licitação; e ainda, assume integral responsabilidade pela autenticidade e veracidade dos dados e documentos apresentados.
- VII. **Declaração** de situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que refere-se a observância do disposto no inciso V, do art 27, da Lei Federal nº 9.854 de 27/10/99 e Decreto Federal Nº 4.358 de 05/02/2002, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, conforme inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.
- VIII. Comprovação de regularidade junto a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**).

CLÁUSULA 06 - ENVELOPE B: PROPOSTA COMERCIAL

- 6.1 A Proposta de Preços deverá ser apresentada, em uma via original, em impressos próprios da licitante, devidamente datada, assinada pelo representante legal da empresa, com carimbo da licitante e identificação do subscritor contendo obrigatoriamente os itens a seguir:
- a) carta proposta identificando a licitante, constando o objeto, prazo de execução, preço global em Reais, em algarismos e por extenso, e declaração fazendo constar que os preços cotados são fixos e irrevogáveis, estando neles incluídos



- Os custos diretos e indiretos, bem como quaisquer outras despesas, inclusive tributos de qualquer natureza;
- b) o valor dos preços unitários ofertados será transcrito em papel timbrado da licitante, – tendo por base os quantitativos e descrições contidas no Anexo VI deste edital; onde a coluna de totais parciais deverá ser obtida com a multiplicação do valor pela quantidade de cada item; a somatória de todos os totais parciais comporá o valor total da proposta; sendo que este anexo, deverá ser apresentado preenchido, sem emendas ou rasuras, contendo carimbo e assinatura do licitante. OBS.: Os valores calculados terão a segunda casa decimal arredondada, conforme ABNT;
 - c) período de validade da proposta e condições de aceitação, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega das propostas; ficando previsto que, antes de expirar o período de validade original da proposta, o ÓRGÃO LICITANTE poderá solicitar a prorrogação deste prazo e as respostas se farão por escrito via correio, telex ou fac-símile, não sendo permitida modificação da proposta pela licitante que aceitar o pedido de prorrogação.
 - d) razão social, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone/fax, banco, agência e nº da conta bancária da licitante, nome, endereço e dados pessoais completos, indicação do cargo, RG e CPF do representante da empresa, apto a assinar o contrato.

CLÁUSULA 07 - SESSÃO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

- 7.1 No local, dia e hora indicados no preâmbulo, a Comissão de Licitação receberá e abrirá os invólucros contendo os envelopes com documentos e propostas.
- 7.2 Cada concorrente apresentar-se-á com apenas um representante para se manifestar em nome da empresa, devidamente credenciado por instrumento público ou particular de procuração com firma reconhecida. Em sendo sócio da empresa, deverá comprová-lo, apresentando cópia do contrato social e documento de identidade. Nenhuma pessoa física, ainda que regularmente credenciada, poderá representar mais de uma empresa.
- 7.3 A ausência do representante legal ou a não apresentação do documento que o credencia não implicarão na desclassificação do concorrente, mas farão com que este fique sujeito às decisões tomadas pela Comissão de Licitação no decorrer dos trabalhos.

CLÁUSULA 08 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 8.1 Os concorrentes que se sentirem lesados por consequência dos procedimentos realizados, em quaisquer das fases do presente processo licitatório, poderão interpor recurso, de acordo com os prazos e condições estabelecidas no artigo 109 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA 09 - JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

- 9.1 No julgamento dos documentos e propostas comerciais serão observados os seguintes passos:
 - a) O Setor de Compras e Licitações efetuará, no local e período referidos no preâmbulo do presente edital, o recebimento e protocolo dos envelopes de n.º 01 - "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" e de n.º 02 - "PROPOSTA COMERCIAL",
 - b) Imediatamente após o encerramento do prazo de recebimento dos envelopes, a Comissão Permanente de Licitações receberá o processo licitatório, juntamente com os envelopes protocolados pelas licitantes e, reunidos com os representantes



encaminhados pelos licitantes na Sala de Reuniões do ÓRGÃO LICITANTE, darão início a abertura dos envelopes de n.º 01 – que deverão conter os “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”.

- c) O conteúdo dos envelopes de n.º 01 - “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”; serão conferidos e examinados pela Comissão de Licitações e pelos representantes das licitantes, sendo rubricados por todos, folha a folha.
- d) As licitantes que não apresentarem toda a documentação prevista na cláusula 5 do edital, ou apresentarem-nos com vícios, defeitos ou fora do prazo de validade, serão inabilitadas pela Comissão de Licitação, sendo-lhe devolvidos fechados, os envelopes n.º 02 tais como foram recebidos, ao final do prazo recursal.
- e) Os licitantes habilitados nesta primeira fase não poderão, na fase de abertura dos envelopes de n.º 02, que contém a “PROPOSTA COMERCIAL”, serem desclassificadas por motivos relacionados com a capacidade jurídica, técnica, idoneidade financeira e/ou regularidade fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes ou tornados conhecidos, somente após o julgamento.
- f) A Comissão de Licitações, após o recurso definitivo da fase de habilitação, isto é, após o julgamento dos eventuais recursos interpostos ou na ausência destes, em ato público previamente designado e para o qual os licitantes habilitados serão convocados, dará início à segunda fase dos trabalhos, procedendo-se a abertura dos envelopes de n.º 02, que contém a “PROPOSTA COMERCIAL” dos licitantes habilitados. Caso a Comissão de Licitação julgue os documentos de habilitação na própria Sessão de Abertura dos envelopes de n.º 01 e os representantes legais de todas as empresas (conforme item 7.2. deste Edital) abram mão do prazo recursal através do registro em ata, poderá a Comissão proceder à abertura dos envelopes de n.º 02 - “PROPOSTA COMERCIAL”, na mesma sessão.
- g) Os licitantes somente poderão retirar suas propostas, desistindo de concorrer no certame, antes do encerramento da fase de habilitação, obrigando-se, após conhecimento dos preços ao cumprimento das condições ofertadas até o término do prazo do contrato.
- h) Para efeitos de julgamento das propostas poderá a Comissão de Licitações proceder, a qualquer tempo, diligências para esclarecer e/ou melhor, fundamentar suas decisões.
- i) A classificação das propostas será efetuada na ordem crescente dos valores apresentados.
- j) As propostas classificadas, de acordo com a Cláusula 10, serão analisadas para verificação de sua aceitabilidade. Nos casos em que a Comissão de Licitações julgar necessário, os licitantes poderão ser notificados para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, apresentarem documentos que comprovem a exatidão dos preços propostos, entre outros:
- l) A Comissão poderá solicitar aos concorrentes quaisquer esclarecimentos que julgar necessários à correta avaliação da documentação apresentada, bem como realizar as diligências necessárias à comprovação das informações fornecidas; porém, estes esclarecimentos serão solicitados e prestados por escrito, e nenhuma complementação ou modificação do conteúdo da proposta ou dos preços cotados será solicitada ou permitida, ressalvada a correção de que trata o item 9.3.



todas as sessões serão lavradas atas, sendo as mesmas assinadas pelos membros da Comissão de Licitações e pelos representantes das licitantes, credenciados na forma prevista no item 7.2., eventualmente presentes.

- n) Durante o transcurso das sessões de abertura e/ou julgamento da habilitação e das propostas os representantes credenciados dos licitantes solicitar a Comissão de Licitações que façam constar em ata, qualquer declaração, manifestação, observação ou impugnação, que achem devida.
 - o) Para exercício do direito de petição, as intimações, avisos e comunicações, bem como o resultado final da licitação, serão feitas através de telex, fax, telegrama, carta registrada com aviso de recebimento ou carta devidamente protocolada, salvo nas hipóteses em que a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, determine expressamente, a publicação da Imprensa Oficial.
- 9.2 Serão considerados habilitados os concorrentes que apresentarem a documentação solicitada na cláusula 05, de forma completa, atualizada e válida na forma da Lei.
- 9.3 Erros aritméticos serão corrigidos da seguinte forma:
- a) se houver discrepância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, prevalecerá a importância expressa por extenso.
- 9.4 Serão desclassificadas as propostas comerciais que:
- a) não atenderem ao disposto na cláusula 06 deste edital ou apresentarem-se em desacordo com a legislação aplicável.

CLÁUSULA 10 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 10.1 A classificação final consistirá, numa lista ordenada pelo valor crescente dos preços propostos, sendo considerado vencedor o concorrente que ofertar o menor preço global, para a execução do objeto da licitação.
- 10.2 No caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecido o disposto no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei federal 8.666/93 e suas alterações, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, na presença dos representantes legalmente credenciados das licitantes habilitadas.

CLÁUSULA 11 - HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO

- 11.1 A autoridade competente adjudicará o resultado da presente licitação e promoverá a homologação ao concorrente vencedor.

CLÁUSULA 12 – CONTRATO

- 12.1 As normas e condições estabelecidas por este edital, pela proposta da licitante vencedora, bem como outras condições necessárias à fiel execução do objeto desta licitação, farão parte integrante do Termo de Contrato a ser assinado entre o ÓRGÃO LICITANTE e a licitante vencedora, nos moldes da minuta constante do Anexo I.
- 12.2 O concorrente vencedor deverá assinar o contrato dentro de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da notificação do ÓRGÃO LICITANTE, sob pena de convocação, para assinatura do Contrato, do concorrente que o seguir na ordem classificatória; ficando a mesma sujeita às penalidades previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
- 12.3 Havendo interesse do ÓRGÃO LICITANTE e observando-se os procedimentos legais, o contrato assinado poderá ser prorrogado, sendo necessário para tanto, a elaboração de um termo aditivo, a ser assinado por ambas as partes.



- 12.4. **13.4** Ser efetuados, a critério do ÓRGÃO LICITANTE, acréscimos ou supressões na execução dos serviços contratados, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, mantendo-se as demais disposições contratuais.

CLÁUSULA 13 - DAS OBRIGAÇÕES:

13.1 São obrigações da empresa contratada:

- a) Responsabilizar-se pela exatidão dos serviços e qualidade dos materiais, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades ocorridas na execução.
- b) Cumprir com todas as exigências das leis e normas de segurança e higiene de trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem, ou por qualquer motivo permanecerem na obra.
- c) A empresa contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, pelo período de 05 (cinco) anos, a contar da data do "Termo de Recebimento Definitivo da Obra".
- d) Entregar na Prefeitura, no início dos trabalhos, uma cópia autenticada da respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica da Obra junto ao CREA, devidamente preenchida e quitada.
- e) f) Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os impostos, taxas e encargos sociais relativos ao objeto do contrato.

CLÁUSULA 14 – RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 14.1 A CONTRATADA deverá apresentar a primeira medição após transcorrido o período de 30 (trinta) dias da data da assinatura do contrato; sendo apresentadas as medições subsequentes, a cada 30 (trinta) dias da emissão da última; sendo que cada uma delas será submetida a avaliação do Departamento Municipal de Meio Ambiente que autorizará a emissão da fatura.
- 14.2 A Diretora do Departamento de Meio Ambiente realizará a fiscalização e acompanhamento dos serviços executados, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no projeto e atestará o recebimento dos serviços prestados como "de acordo", ao carimbar e assinar o verso da respectiva fatura.
- 14.3 Finalizados os serviços, a CONTRATADA deverá comunicar a conclusão da obra ao Diretor do Departamento de Obras, da CONTRATANTE, que emitirá o "Recebimento Provisório da Obra", em termo circunstanciado assinado pelas partes, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 14.4 O "Recebimento Definitivo dos serviços", somente será emitido pelo Diretor do Departamento de Meio Ambiente, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, no prazo máximo de 90 (noventa) dias da emissão do "Recebimento Provisório do serviço", após realizada a vistoria "in loco", que comprova a adequação do objeto executado, com os termos contratuais. O Termo de Recebimento Definitivo somente será emitido, se na vistoria executada pelo Departamento de Meio Ambiente, caso não forem constatados vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da execução, ou dos materiais empregados; em caso positivo, a CONTRATADA será notificada (por escrito) para realizar, às suas expensas, as correções necessárias ao correto cumprimento do objeto contratual.

CLÁUSULA 15 - FORMA DE PAGAMENTO



- 15.1 As licitantes deverão estar cientes de que os pagamentos estará condicionado a execução da obra, com a emissão de faturas mensais, acompanhadas da respectiva Nota Fiscal, que deverão ser pagas com um prazo máximo de 10 (dez) dias após a sua emissão os pagamentos dos serviços executados.

CLÁUSULA 16 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

- 16.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta de recursos provenientes:

Unidade orçamentária: 02.09.00 – Departamento de Meio Ambiente

Unidade executora: 02.09.01 – Divisão de planejamento e educação ambiental

Classificação econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

Destinação do recurso: 01.110.00 – Geral

Nota de reserva: 420

CLÁUSULA 17 – DO INTERESSE PÚBLICO

- 17.1 O ÓRGÃO LICITANTE, no resguardo do interesse público, reserva a si, o direito de contratar ou não os serviços indicados como objeto deste Convite, podendo revogá-la, caso ocorram razões decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado e plenamente justificado.

CLÁUSULA 18 – PENALIDADES

- 18.1 O descumprimento das obrigações decorrentes do Contrato a ser firmado sujeitará a empresa contratada às seguintes sanções administrativas, a serem aplicadas alternativa ou cumulativamente:
- advertência;
 - multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, por infração a quaisquer das obrigações assumidas nos termos do contrato assinado;
 - multa no valor de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor do contrato, até o limite de 10% (dez por cento), em caso de atraso injustificado na execução do Contrato. Uma vez atingido este valor máximo, o CONTRATANTE poderá decidir pela rescisão do Contrato;
 - multa de 10% (dez por cento) em caso de rescisão contratual por motivo de não cumprimento ou cumprimento irregular das Cláusulas, especificações e prazos deste instrumento, cumulativa à aplicada em virtude da infração que motivou a rescisão;
 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.2 As multas previstas na Cláusula 18.1 não têm efeito compensatório e o seu pagamento não eximirá a empresa contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- 18.3 As multas devidas pela empresa contratada serão descontadas, de quaisquer faturas apresentadas pela mesma ou ainda, se necessário, cobradas judicialmente.
- 18.4 Sujeitar-se-ão às sanções previstas na Cláusula 18.1, alíneas "e" e "f", os concorrentes que praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos desta licitação.



CLÁUSULA 19 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1 Pela participação na presente licitação, subentende-se que o participante tenha examinado cuidadosamente o seu objeto e se inteirado sobre os diversos aspectos que possam influir direta ou indiretamente, na execução objeto da licitação, aceitando irrevocavelmente todos os termos deste Edital e seus anexos.
- 19.2 A Lei 8.666/93, e suas alterações, regerá a aplicação deste procedimento licitatório e a solução de litígios que, eventualmente, dele possam resultar; sendo que os casos omissos serão resolvidos e relatados em Ata pela Comissão de Licitações.
- 19.3 Integram este Edital, independentemente de transcrição:
- Anexo I - Minuta do Contrato;
 - Anexo II - Credenciamento;
 - Anexo III - Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;
 - Anexo IV - Declaração Ministério do Trabalho;
 - Anexo V - Termo de renúncia.
- 19.4 O Foro da Comarca de Cananéia será competente para dirimir as questões oriundas deste procedimento licitatório, renunciando as partes a qualquer outro, ainda que privilegiado.

Cananéia, 21 de Março de 2014.

PEDRO FERREIRA DIAS FILHO
Prefeito Municipal



Processo n.º 011/2014
Edital n.º 008/2014
Convite n.º 002/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de serviços técnicos profissionais destinados a elaboração de projeto executivo do centro de preservação ambiental do Morro São João.

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE CANANÉIA, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Beira Mar n.º 287-centro, Cananéia/SP, inscrita no CNPJ/MF N.º 46.585.956/0001-01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o SR. PEDRO FERREIRA DIAS FILHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Cananéia/SP, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa (razão social, endereço, CNPJ/MF, Insc. Estadual e demais qualificações da empresa vencedora da licitação), neste ato representada, nos termos do (ato autorizativo da representação) por (nome, endereço e qualificação do representante da empresa vencedora da licitação), doravante denominada CONTRATADA; tendo como respaldo o resultado da Carta Convite n.º 02/2014, a autorização constante do Processo n.º 08/2014 e a proposta apresentada pela empresa, firma o presente contrato mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. **Contratação de empresa especializada para realização de serviços técnicos profissionais destinados a elaboração de projeto executivo do centro de preservação ambiental do Morro São João.**

1.2 O prazo para execução será de **180 (cento e oitenta) dias**, contados da data da emissão da Ordem de Serviço a ser emitida pelo Departamento de Obras da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

2.1 O preço certo e ajustado para a Contratação de empresa especializada, *Contratação de empresa especializada para realização de serviços técnicos profissionais destinados a elaboração de projeto executivo do centro de preservação ambiental do Morro São João* é de R\$ __, __ (.....),

2.2 Pela integral e satisfatória execução das obras indicadas na cláusula 01, a CONTRATADA receberá a importância de R\$ _____, __ (.....), devendo a mesma ser paga parceladamente mês a mês, de acordo com as medições apresentadas pela CONTRATADA que apontarão em cada uma delas os percentuais de serviços executados.

2.3 pagamento de cada fatura apresentada, deverá ser realizado pelo setor competente da CONTRATANTE, em até 10 (dez) dias corridos, contados da data de emissão da mesma, desde que atestada a conformidade dos serviços executados, pelo Departamento de Meio Ambiente, que será responsável pela fiscalização e acompanhamento dos serviços executados, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no projeto e atestará o recebimento dos serviços prestados como "de acordo", ao carimbar e assinar o verso da respectiva fatura.

2.4 As licitantes deverão estar cientes de que os pagamentos serão realizados em parcelas, com a emissão de faturas mensais, acompanhadas da respectiva Nota Fiscal,



deverão ser pagas com um prazo máximo de 10 (dez) dias após a sua emissão os pagamentos dos serviços executados, sendo que o pagamento estará condicionado com o repasse efetuado de acordo com a "Nota de Reserva" anexa ao processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 3.1 A CONTRATADA deverá apresentar a primeira medição após transcorrido o período de 30 (trinta) dias da data da assinatura do contrato; sendo apresentadas as medições subsequentes, a cada 30 (trinta) dias da emissão da última; sendo que cada uma delas será submetida a avaliação do Departamento de Meio Ambiente as que autorizará a emissão da fatura.
- 3.2 A Diretora do Departamento de Meio Ambiente realizará a fiscalização e acompanhamento dos serviços executados, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no projeto e atestará o recebimento dos serviços prestados como "de acordo", ao carimbar e assinar o verso da respectiva fatura.
- 3.3 Finalizados os serviços, a CONTRATADA deverá comunicar a conclusão da prestação de serviços ao Diretor do Departamento de Meio Ambiente, da CONTRATANTE, que emitirá o "Recebimento Provisório dos serviços", em termo circunstanciado assinado pelas partes, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 3.4 O "Recebimento Definitivo dos serviços", somente será emitido pelo Diretor do Departamento de Meio Ambiente, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, no prazo máximo de 90 (noventa) dias da emissão do "Recebimento Provisório dos serviços", após realizada a vistoria "in loco", que comprova a adequação do objeto executado, com os termos contratuais. O Termo de Recebimento Definitivo somente será emitido, se na vistoria executada pela Diretora do Departamento de Meio Ambiente, caso não forem constatados vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da execução, ou dos materiais empregados; em caso positivo, a CONTRATADA será notificada (por escrito) para realizar, às suas expensas, as correções necessárias ao correto cumprimento do objeto contratual; sendo que o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a emissão do "Recebimento Provisório dos serviços", passará a ser contado do novo comunicado da CONTRATADA, relativo ao término dos serviços de correções.
- 3.5 Caso sejam constatadas algumas das irregularidades acima mencionadas, a empresa será notificada (por escrito) para realizar, às suas expensas, as correções necessárias ao correto cumprimento do objeto contratual; sendo que o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a emissão do "Recebimento Provisório dos serviços", passará a ser contado do novo comunicado da empresa, relativo ao término dos serviços de correções.

CLÁUSULA QUARTA - AUMENTO OU REDUÇÃO DO VALOR DO CONTRATO

- 4.1 Poderão ser efetuados, a critério da CONTRATANTE acréscimos ou supressões na execução dos serviços contratados, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, mantendo - se as demais disposições contratuais; sendo necessário para tanto, uma justificativa do Departamento competente com laudo do Engenheiro.

CLÁUSULA QUINTA - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

- 5.1 O preço calculado para o pagamento do valor do contrato será, de acordo com as unidades orçamentárias constantes na "Nota de Reserva" anexa ao processo.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1 Para viabilizar a execução dos serviços, a CONTRATANTE obriga-se a efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nos valores, forma e prazos mencionados na cláusula segunda, assim como a lhe fornecer, o apoio logístico e informações disponíveis e necessárias à execução dos serviços objeto do presente Contrato.
- 6.2 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Departamento Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura e Diretor (a) do Departamento Municipal de Meio



, que serão os representantes da contratante especialmente designados para esse fim.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA

7.1 Sem prejuízo das demais obrigações constantes deste instrumento, a CONTRATADA deve:

- a) Responder pelas ações e omissões de seus fornecedores/prestadores de serviço e pessoas direta ou indiretamente empregadas no que refere-se a prestação dos serviços objeto do presente contrato, assim como por ações e omissões de seus próprios diretores e empregados. Nenhuma disposição deste contrato criará uma relação contratual entre qualquer subfornecedor/subcontratado e a CONTRATANTE, para pagar ou fazer com que sejam pagos quaisquer dos referidos subcontratados;
- b) Arcar com os custos decorrentes da utilização de pessoal, veículos, combustível, equipamentos, materiais e peças; devendo preservar, indenizar e manter a CONTRATANTE a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, resultante dos serviços por ela prestados;
- c) Arcar com o ônus de todas as obrigações tributárias, trabalhistas, previdenciárias ou securitárias, devidas fora ou dentro do Brasil, incidentes sobre os serviços objeto deste Contrato;
- d) Submeter à aprovação da CONTRATANTE todos os materiais a serem utilizados na obra, antes de sua aplicação.
- e) Responsabilizar-se pela exatidão dos serviços e qualidade dos materiais, obrigando-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem erros, vícios, defeitos, incorreções, omissões ou quaisquer outras irregularidades ocorridas ou resultantes da execução, pelo período de 05 (cinco) anos, a contar da data do "Termo de Recebimento Definitivo da Prestação de serviços".
- f) Operar os equipamentos com pessoal especializado, obrigando-se a cumprir com todas as exigências das leis e normas de segurança e higiene de trabalho, fornecendo-lhes os adequados equipamentos de proteção individual, necessários à perfeita execução dos serviços, bem como, adotar procedimentos de segurança que garantam a integridade física dos seus empregados, responsabilizando-se por eventual acidente que os mesmos venham a sofrer durante a execução das obras, objeto desta contratação.

CLÁUSULA OITAVA - SUB-ROGAÇÃO

- 8.1 As obrigações decorrentes do presente contrato não poderão ser sub-rogadas no todo ou em parte, ressalvada a hipótese de sub-rogação autorizada pela CONTRATANTE.
- 8.2 A sub-rogação de que trata a cláusula anterior não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e das penalidades previstas no caso de descumprimento das mesmas.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

- 9.1 A existência e a atuação da fiscalização, exercida pelo Departamento de meio ambiente CONTRATANTE, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, com relação aos serviços prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO



- 10.1 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

- 11.1 Se a CONTRATADA deixar de cumprir o disposto neste instrumento, ficará sujeita às seguintes sanções administrativas, a serem aplicadas alternativa ou cumulativamente:
- Advertência;
 - Multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, por infração à Cláusula 7.1 e suas alíneas, constantes no presente instrumento;
 - Multa no valor de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor do contrato, até o limite de 10% (dez por cento), em caso de atraso injustificado na execução do Contrato. Uma vez atingido este valor máximo, o CONTRATANTE poderá decidir pela rescisão do Contrato;
 - Multa de 10% (dez por cento) em caso de rescisão contratual por motivo de não cumprimento ou cumprimento irregular das Cláusulas, especificações e prazos deste instrumento, cumulativa à aplicada em virtude da infração que motivou a rescisão;
 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.2 As multas previstas na Cláusula 11.1 não têm efeito compensatório e o seu pagamento não eximirá CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- 11.3 As multas devidas pela CONTRATADA serão descontadas, de quaisquer faturas apresentadas pela mesma ou ainda, se necessário, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

- 1.2 Este Contrato será válido por 180 (**cento e oitenta**) dias, contados da data da sua assinatura; podendo ser prorrogado, havendo interesse da CONTRATANTE e observando-se os procedimentos legais; sendo necessário para tanto, a elaboração de um termo aditivo, a ser assinado por ambas as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- RESCISÃO

- 13.1 O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente Contrato nas hipóteses e condições previstas nos Artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO

- 14.1 Dentro do prazo legal, a CONTRATANTE providenciará sua publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO

- 15.1 Integram o presente contrato, o edital do certame bem como os documentos relativos ao objeto da contratação, sendo eles: memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1 A Lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94, regerá a aplicação deste contrato, os casos omissos e a solução de litígios que, eventualmente, dele possam resultar.



16.2. As partes elegem o foro da Comarca de Cananéia, para dirimir quaisquer questões relativas ao presente contrato, o qual terá preferência sobre qualquer outro por mais especial que seja.

E por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e para o mesmo efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelo CONTRATANTE, CONTRATADA e testemunhas.

Cananéia, __ de _____ de 2.0__

Pedro Ferreira Dias Filho
Prefeito Municipal
Pela CONTRATANTE

(Nome do representante da empresa vencedora da licitação)
(Cargo ocupado pelo representante da emp. venc. da lic.)
Pela CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª _____

2ª _____

Nome completo:

Nome completo:

RG N°

RG N°



Processo n.º 011/2014
Edital n.º 008/2014
Convite n.º 002/2014

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para realização de serviços técnicos profissionais destinados a elaboração de projeto executivo do centro de preservação ambiental do Morro São João.**

ANEXO II

PAP EL TIMBRADO DA EMPRESA

Modelo de Carta de Credenciamento

À
Comissão Permanente de Licitação da
Prefeitura Municipal de Cananéia

Prezados Senhores:

Pela presente fica credenciado o Sr. (nome) _____ (qualificação na empresa e residência completa, portador da carteira de identidade RG nº _____, expedida em ___/___/___ pelo órgão emissor (_____), para representar essa empresa (razão social, endereço e CNPJ) _____ na licitação a realizar-se nesta data, no município de Cananéia / SP, na modalidade CONVITE n.º 02/2014, podendo para tanto, praticar todos os atos necessários inclusive prestar esclarecimentos, receber avisos e notificações interpor recursos e manifestar-se quanto à desistência dos mesmos, assinar atas e outros documentos.

Atenciosamente.

Nome completo do emitente
nº da carteira de identidade e órgão emissor
carimbo da firma

Obs: A carta de credenciamento, somente terá valor quando assinado pelo representante legal da empresa licitante, com poderes estatutários e/ ou contratuais, ou nomeado por procuração, para tal finalidade.



ANEXO III

DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO À CONTRATAÇÃO

D E C L A R A Ç Ã O

Processo n.º 011/2014
Edital n.º 008/2014
Convite n.º 002/2014

OBJETO: *Contratação de empresa especializada para realização de serviços técnicos profissionais destinados a elaboração de projeto executivo do centro de preservação ambiental do Morro São João.*

Eu, (nome completo e qualificação do representante legal da empresa), RG nº _____, CPF/MF nº _____, _____ (ou cargo/função na empresa), representante legal da empresa (razão social da empresa, CNPJ/MF nº _____, Inscrição Estadual nº _____ e endereço da sede), DECLARO em conformidade com o parágrafo 2º, do art. 32, da Lei Federal nº 8.666/93 e sob as penas da Lei, que inexistente impedimento legal para licitar, ou contratar com a Administração Pública.

Sendo expressão da verdade, subscrevo-me.

Local e Data, _____

Assinatura do Representante

Razão Social da Empresa

Nome Completo do Representante da Empresa

Cargo/Função na empresa



ANEXO IV

MODELO – DECLARAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

D E C L A R A Ç Ã O

Processo n.º 011/2014
Edital n.º 008/2014
Convite n.º 002/2014

OBJETO: *Contratação de empresa especializada para realização de serviços técnicos profissionais destinados a elaboração de projeto executivo do centro de preservação ambiental do Morro São João.*

Eu, (nome completo e qualificação do representante legal da empresa), RG nº _____, CPF/MF nº _____, _____ (ou cargo/função na empresa), DECLARO sob as penalidades legais que, a empresa (razão social da empresa, CNPJ/MF nº _____, Inscrição Estadual nº _____ e endereço da sede) encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere ao disposto no inciso V, do art 27, da Lei Federal nº 9.854 de 27/10/99 e Decreto Federal Nº 4.358 de 05/02/2002, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, conforme inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

Local e data _____.

Assinatura do Representante

Razão Social da Empresa

Nome Completo do Representante da Empresa



ANEXO V

TERMO DE RENÚNCIA

A empresa abaixo assinada, através de seu _____, vem por intermédio desta, manifestar expressamente sua vontade de não contestar ou recorrer das decisões tomadas pela Comissão Permanente de Licitação, ou órgão administrativo superior, no que tange a Carta Convite N° 02/2014 que tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para realização de serviços técnicos profissionais destinados a elaboração de projeto executivo do centro de preservação ambiental do Morro São João.**

Referida renúncia de recursos abrange a fase de habilitação e julgamento de propostas.

Por ser expressão da verdade segue a mesma assinada.

....., de de 20__

Carimbo e Assinatura da empresa.

OBSERVAÇÕES:

1. O termo de renúncia deverá ser inserido dentro do envelope habilitação, no caso da empresa não enviar representante credenciado.